

ANUÁRIO 2023

SECRETARIA GERAL
DAS COMISSÕES



 **ALBA**
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA

Assembleia Legislativa da Bahia

20ª Legislatura (1º biênio)

Mesa Diretora

Presidência – Dep. Adolfo Menezes

Vice-Presidências – Dep. Zé Raimundo Fontes (1ª), Dep. Marquinho Viana (2ª), Dep. Antonio Henrique Jr. (3ª) e Dep. Laerte do Vando (4ª)

Secretarias – Dep. Marcelinho Veiga (1ª), Dep. Samuel Júnior (2ª), Dep. Vitor Azevedo (3ª) e Dep. Zó (4ª)

Suplentes – Dep. Maria del Carmen, Dep. Soane Galvão, Dep. Claudia Oliveira, Dep. Robinho e Dep. Jurailton Santos

Superintendente de Assuntos Parlamentares – Marcelino Galo

Superintendente de Administração e Finanças – Robson Souza

Superintendente de Recursos Humanos – Francisco Raposo

Diretoria Parlamentar – Geraldo Mascarenhas

Diretoria Administrativa – Julio Eloy Neto

Secretaria Geral das Comissões (SGC)

Secretário-Geral – Bira Corôa

Integrantes – Andreia Cruz, Beatriz Cerqueira, Bruna Santana, Carinina Dourado, Daniela Americano, Davi Souza, Elbani Oliveira, Fernando Júnior, Gabriel Côrtes, Iara Loureiro, Igor Lopes, José Jorge Lopes, Jorge Araújo, José Santiago, Jucimar Santos, Luciano Gouveia, Mara Oliveira, Nancy Lima Pinto, Nilda Santana, Raiana Pacheco, Sandra Moreno, Tânia de Cássia Batista, Tânia Marize Bispo e Valéria Simões

Ficha Técnica

Textos - Bruna Santana, Fernando Júnior, Gabriel Côrtes e Jucimar Santos

Revisão - Bruna Santana, Fernando Júnior e Jucimar Santos

Projeto Gráfico - Sérgio Barbosa

Diagramação – Coordenação de Serviços Gráficos e Jucimar Santos

Ilustrações – Coordenação de Serviços Gráficos

Fotografias - Ascom e Vaner Casais

Edição geral - Jucimar Santos

Supervisão - Jorge Araújo

Agradecimentos

Coordenação de Serviços Gráficos, Superintendência de Assuntos Parlamentares, Superintendência de Administração e Finanças, Superintendência de Recursos Humanos, Diretoria Administrativa, Alexsandro Mateus de Jesus dos Santos (Tartaruga), Ascom e Vaner Casais.

ANUÁRIO 2023

SECRETARIA GERAL
DAS COMISSÕES





Mensagem do secretário-geral

Estimado(a) leitor(a), apresento a você o Anuário da Secretaria Geral das Comissões (SGC) – edição 2023. Esta publicação sintetiza as atividades da SGC nos 12 primeiros meses da 20ª Legislatura da Assembleia Legislativa da Bahia. Também é o registro do meu primeiro ano de trabalho como secretário-geral das Comissões, o qual considero como continuidade da minha longa trajetória na vida parlamentar.

Minha presença na ALBA se inicia em 2007, quando assumi o mandato de deputado estadual conferido pela população baiana. Foram quatro mandatos, com uma participação ativa na ALBA, tanto no Plenário quanto nas comissões nas quais participei, principalmente nas que tive a oportunidade de presidir. Quando suplente, tive o honroso convite do então presidente da ALBA, deputado Nelson Leal, e o apoio da bancada do meu partido, o PT, para assumir a Superintendência de Assuntos Parlamentares (SAP) em 2019. Na SAP, iniciamos um processo de melhoria do sistema de informatização da área legislativa, que contribuiu com a informatização de processos em toda a Casa. Para tanto, foi necessário realizar algumas ações para dar suporte a esse projeto, que, por felicidade, contribuiu para atravessarmos todo o período da pandemia da Covid.

Implantamos o Certificado Digital, fazendo com que a Casa Legislativa fosse uma unidade certificadora.

Isso se deu mediante convênio de cooperação técnica com o Tribunal de Contas do Estado (TCE), que nos cedeu a tecnologia necessária, que foi adaptada à nossa realidade pelo setor de Tecnologia da Informação da ALBA. Ainda dentro da parceria com as demais superintendências, implantamos o Assinador Digital, o Sistema de Votação Remota e os e-mails corporativos, para que toda a engrenagem de uma ALBA totalmente informatizada fosse possível. Finalizamos este processo com a implantação do PaperLess Leg e do novo Proclegis.

Assumi a Secretaria Geral das Comissões em fevereiro de 2023. Já conhecia grande parte da equipe que aqui trabalha, sabia da sua qualidade e percebi de imediato que essa característica pertence a toda ela. A recepção que recebi foi a melhor possível e a disponibilidade para fazermos uma SGC cada vez melhor foi muito dignificante. Recebemos uma equipe organizada, responsável e consciente dos afazeres. Essas características foram importantes para melhorarmos as condições de trabalho e dinamizarmos o fluxo de tramitação de documentos e prestação de serviços com mais celeridade aos parlamentares, assessores, servidores e ao público em geral.

Nesse período, implantamos algumas novidades, como a modernização da comunicação entre a SGC e as comissões, através de e-mail institucional, extinguindo o uso do papel e otimizando essa troca de mensagens. Foram instalados monitores televisivos na entrada das salas das comissões com informação da composição, da pauta e do horário de funcionamento de cada uma delas. Para gerenciar de uma maneira mais eficaz as atividades da SGC e ao mesmo tempo melhorar o fluxo de informações sobre cada comissão, implantamos o aplicativo Trello, que possibilita maior transparência dos nossos serviços.

Adotamos o Manual de Redação da ALBA, dando mais uniformidade ao texto das atas e relatórios produzidos pelo setor. Implantamos o sistema de transcrição de áudios DRS, visando a melhoria das condições de trabalho da SGC. Ampliamos o número de servidores na Secretaria, otimizando as atividades que são de nossa responsabilidade. Melhoramos a ambientação das salas das comissões e fizemos uma redistribuição das mesmas, visando melhorar o seu funcionamento e o fluxo de pessoas. Por fim, conseguimos junto à administração da Casa uma nova sala para os revisores do setor, para que possam desempenhar suas funções de uma forma mais adequada.

Tudo isso só foi possível de ser realizado pelo apoio que recebemos do atual presidente da ALBA, deputado Adolfo Menezes, além dos superintendentes Marcelino Galo, Francisco Raposo e Robson Coutinho, dos diversos chefes de setores desta Casa e suas respectivas equipes, para os quais deixo registrados aqui os meus mais sinceros agradecimentos. Assim como para todo o nosso grupo de trabalho. Que em 2024 possamos ter um ano ainda mais profícuo!

Boa leitura!

SUMÁRIO



As comissões.....	07
Composição das comissões.....	08
Comissão de Agricultura e Política Rural.....	10
Comissão de Constituição e Justiça.....	12
Comissão de Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho.....	14
Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública.....	16
Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público.....	18
Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.....	20
Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo.....	22
Comissão de Meio Ambiente, Seca e Recursos Hídricos.....	24
Comissão de Saúde e Saneamento.....	26
Comissão dos Direitos da Mulher.....	28
Comissão Especial de Desporto, Paradesporto e Lazer.....	30
A Secretaria Geral das Comissões (SGC).....	32
Utilidade Pública.....	34
Galeria de fotos.....	36



AS COMISSÕES

As Comissões, que podem ser permanentes ou temporárias, são órgãos da Assembleia Legislativa da Bahia que possuem fundamental importância no processo legislativo, além de constituírem uma ferramenta efetiva na abordagem de diversos temas de interesse da sociedade. São nesses espaços que a ALBA assume a designação de “Casa do Povo” de maneira mais literal, principalmente pela participação popular nas audiências públicas propostas pelos parlamentares.

O Regimento Interno da ALBA prevê a existência de 10 comissões permanentes: Comissão de Agricultura e Política Rural; Comissão de Constituição e Justiça; Comissão de Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho; Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública; Comissão dos Direitos da Mulher; Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público; Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle; Comissão de Meio Ambiente, Seca e Recursos Hídricos e Comissão de Saúde e Saneamento.

As comissões permanentes possuem atribuições importantes, como a possibilidade de convidar ou convocar qualquer gestor da administração direta ou indireta do Poder Executivo estadual, para discutir assuntos relacionados à sua área.

Também é de responsabilidade das comissões permanentes a emissão de parecer aos projetos de lei em tramitação na Casa (salvo em casos de dispensa de formalidade aprovada em Plenário), através de relator designado pelo presidente da comissão, com eventual apresentação de emendas por parte dos parlamentares. As comissões, tanto as permanentes quanto as temporárias, funcionam a partir das reuniões ordinárias, que podem, inclusive, ser realizadas de forma conjunta com outras comissões.

Nelas, são decididas, através de votação, todas as ações que serão efetivadas pelo colegiado. O conteúdo dessas reuniões é registrado pela SGC através de atas, produzidas pelos respectivos secretários e finalizadas pelos revisores.

Para registrar o conteúdo das audiências públicas, é produzido pela equipe da SGC um relatório, contendo os depoimentos sintetizados dos participantes, os encaminhamentos, o registro fotográfico etc.

Todo esse material produzido pela SGC está disponível para consulta no canal da transparência no site da ALBA (www.alba.ba.gov.br). Confira a seguir as principais ações da cada comissão ativa da ALBA em 2023.

Subcomissões

Cada comissão permanente pode criar, por vez, uma subcomissão especial para tratar de assunto específico, durante o prazo máximo de 12 meses. Em maio de 2023, por exemplo, a Comissão de Agricultura e Política Rural aprovou a criação da Subcomissão Especial para Tratar das Invasões de Terra no Estado da Bahia, que não chegou a ser instaurada. Já em agosto, a Comissão de Infraestrutura aprovou a criação da Subcomissão de Acompanhamento da Execução do Contrato de Concessão da Coelba e Demandas e Investimentos Represados, sob coordenação do deputado Robinson Almeida (PT), instalada no dia 22 daquele mês. Os quatro integrantes de uma subcomissão, que obrigatoriamente deverão pertencer ao respectivo colegiado, produzirão ao final do trabalho um relatório, que será submetido à apreciação da comissão permanente.

Comissões Especiais

Além das comissões permanentes, existem as comissões especiais, que são criadas com duração previamente estabelecida. São as chamadas comissões temporárias, que incluem também as parlamentares de inquérito e as de representação. Em 2023, apenas a Comissão Especial de Desporto, Paradesporto e Lazer foi criada. Mas em legislaturas anteriores, tivemos uma atuação marcante de outras comissões especiais, como, por exemplo, a Comissão Especial de Desenvolvimento Urbano (Cedurb), a Comissão Especial de Assuntos Territoriais e Emancipação (Ceate), a Comissão Especial da Promoção da Igualdade (Cepi) etc.

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL TITULARES

Dep. Manuel Rocha (UNIÃO) – Presidente
Dep. Ricardo Rodrigues (PSD) – Vice-Presidente
Dep. Fátima Nunes (PT)
Dep. Luciano Araújo (SD)
Dep. Marquinho Viana (PV)
Dep. Neusa Cadore (PT)
Dep. Pedro Tavares (UNIÃO)
Dep. Tiago Correia (PSDB)

SUPLENTE

Dep. Eduardo Salles (PP)
Dep. Jordavio Ramos (PSDB)
Dep. Laerte do Vando (PSC)
Dep. Paulo Rangel (PT)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA TITULARES

Dep. Maria del Carmen (PT) – Presidente
Dep. Júnior Nascimento (UNIÃO) – Vice-Presidente
Dep. Alan Sanches (UNIÃO)
Dep. Euclides Fernandes (PT)
Dep. Felipe Duarte (PP)
Dep. Ivana Bastos (PSD)
Dep. Matheus Ferreira (MDB)
Dep. Vitor Bonfim (PV)

SUPLENTE

Dep. Jurailton Santos (REPUBLICA)
Dep. Paulo Rangel (PT)
Dep. Robinson Almeida (PT)
Dep. Tiago Correia (PSDB)

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E RELAÇÕES DE TRABALHO TITULARES

Dep. Júnior Muniz (PT) – Presidente
Dep. Laerte do Vando (PSC) – Vice-Presidente
Dep. Dr. Diego Castro (PL)
Dep. Euclides Fernandes (PT)
Dep. Fabrício Falcão (PCdoB)
Dep. Niltinho (PP)
Dep. Pedro Tavares (UNIÃO)
Dep. Tiago Correia (PSDB)

SUPLENTE

Dep. Antonio Henrique Jr. (PP)
Dep. Eduardo Alencar PSD
Dep. Fátima Nunes PT
Dep. Roberto Carlos PV

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E SEG. PÚBLICA TITULARES

Dep. Pablo Roberto PSDB – Presidente
Dep. Neusa Cadore PT – Vice-Presidente
Dep. Dr. Diego Castro (PL)
Dep. Hilton Coelho (Psol)
Dep. Ludmilla Fiscina (PV)
Dep. Olívia Santana (PCdoB)
Dep. Robinson Almeida (PT)
Dep. Vitor Azevedo (PL)

SUPLENTE

Dep. Jurailton Santos (REPUBLICA)
Dep. Laerte do Vando (PSC)
Dep. Rosemberg Pinto (PT)
Dep. Samuel Junior (REPUBLICA)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TEC. E SERVIÇO PÚBLICO TITULARES

Dep. Olívia Santana (PCdoB) – Presidente
Dep. Penalva (PDT) – Vice-Presidente
Dep. Felipe Duarte (PP)
Dep. Hilton Coelho (Psol)
Dep. Jurailton Santos (REPUBLICA)
Dep. Robinson Almeida (PT)
Dep. Rosemberg Pinto (PT)
Dep. Soane Galvão (PSB)

SUPLENTE

Dep. Dra. Fabíola Mansur (PSB)
Dep. Pancadinha (SD)
Dep. Sandro Régis (UNIÃO)
Dep. Zé Raimundo Fontes (PT)

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE TITULARES

Dep. Vitor Bonfim (PV) – Presidente
Dep. Tiago Correia (PSDB) – Vice-Presidente
Dep. Angelo Coronel Filho (PSD)
Dep. Bobô (PCdoB)
Dep. Hassan (PP)
Dep. Paulo Rangel (PT)
Dep. Robinho (UNIÃO)
Dep. Zé Raimundo Fontes (PT)

SUPLENTE

Dep. Euclides Fernandes (PT)
Dep. Penalva (PDT)
Dep. Roberto Carlos (PV)
Dep. Samuel Junior (REPUBLICA)

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

TITULARES

Dep. Eduardo Salles (PP) – Presidente
Dep. Pedro Tavares (UNIÃO) – Vice-Presidente
Dep. Bobô (PCdoB)
Dep. Cláudia Oliveira (PSD)
Dep. Eures Ribeiro (PSD)
Dep. Marcinho Oliveira (UNIÃO)
Dep. Penalva (PDT)
Dep. Raimundinho da JR (PL)

SUPLENTES

Dep. Kátia Oliveira (UNIÃO)
Dep. Maria del Carmen (PT)
Dep. Robinson Almeida (PT)
Dep. Tiago Correia (PSDB)

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, SECA E RECURSOS HÍDRICOS

TITULARES

Dep. Leandro de Jesus (PL) – Presidente
Dep. Matheus Ferreira (MDB) – Vice-Presidente
Dep. Cafu Barreto (PSD)
Dep. Fátima Nunes (PT)
Dep. José de Arimateia (REPUBLICA)
Dep. Marcinho Oliveira (UNIÃO)
Dep. Maria del Carmen (PT)
Dep. Roberto Carlos (PV)

SUPLENTES

Dep. Ivana Bastos (PSD)
Dep. Paulo Rangel (PT)
Dep. Rosemberg Pinto (PT)
Dep. Zó (PCdoB)

COMISSÃO DE SAÚDE E SANEAMENTO

TITULARES

Dep. Alex da Piatã (PSD) – Presidente
Dep. José de Arimateia (REPUBLICA) – Vice-Presidente
Dep. Eduardo Alencar (PSD)
Dep. Dra. Fabíola Mansur (PSB)
Dep. Hassan (PP)
Dep. Jordavio Ramos (PSDB)
Dep. Luciano Araújo (SD)
Dep. Ludmilla Fiscina (PV)

SUPLENTES

Dep. Alan Sanches (UNIÃO)
Dep. Júnior Muniz (PT)
Dep. Ricardo Rodrigues (PSD)
Dep. Vitor Bonfim (PV)

COMISSÃO DOS DIREITOS DA MULHER

Dep. Soane Galvão (PSB) – Presidente
Dep. Kátia Oliveira (UNIÃO) – Vice-Presidente
Dep. Cláudia Oliveira (PSD)
Dep. Fátima Nunes (PT)
Dep. Ivana Bastos (PSD)
Dep. Ludmilla Fiscina (PV)
Dep. Olívia Santana (PCdoB)
Dep. Neusa Cadore (PT)

SUPLENTES

Dep. Dra. Fabíola Mansur (PSB)
Dep. Maria del Carmen (PT)
Dep. Rosemberg Pinto (PT)
Dep. Tiago Correia (PSDB)

COMISSÃO ESPECIAL DE DESPORTO, PARADESPORTO E LAZER

TITULARES

Dep. Bobô (PCdoB) – Presidente
Dep. Dr. Diego Castro (PL) – Vice-Presidente
Dep. Antonio Henrique Jr. (PP)
Dep. Fabrício Falcão (PCdoB)
Dep. Fátima Nunes (PT)
Dep. Matheus Ferreira (MDB)
Dep. Pancadinha (SD)
Dep. Roberto Carlos (PV)

SUPLENTES

Dep. Alan Sanches (UNIÃO)
Dep. Neusa Cadore (PT)
Dep. Robinson Almeida (PT)
Dep. Tiago Correia (PSDB)

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

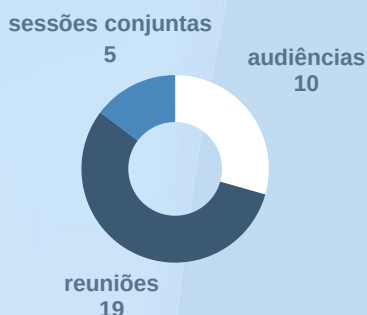


Ela decolou! Ligou as turbinas, os motores e partiu da capital para o interior. Percorreu de Norte a Sul, Leste a Oeste da Bahia. A Comissão de Agricultura e Política Rural uniu as bancadas de Oposição e Situação. Juntas, construíram pontes de desenvolvimento e melhorias para o setor. Do agronegócio à agricultura familiar, do pequeno ao grande produtor, todos tiveram a oportunidade de falar e serem ouvidos para a construção de uma legislação sólida e coerente com cada região desse estado. Irecê, Mucugê, Juazeiro, Luis Eduardo Magalhães, Santana e Porto Seguro serviram como centros de encontros regionais, onde diversos municípios e distritos trataram de temas, como estradas, energia, telefonia, internet, água, financiamentos, aeroportos, rodoviárias, comercialização de produtos agrícolas, armazenagem e educação tecnológica rural.

De mãos dadas com a Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, o colegiado já colhe resultados positivos do seu trabalho junto ao governo do estado, como, por exemplo, a programação da reabertura do escritório regional do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema) em Irecê. E é assim que o presidente pretende seguir em 2024. “Esse esforço coletivo tem um único objetivo, que é conquistar melhorias para a agricultura, hoje responsável por quase 30% do PIB da Bahia.”, declarou Manuel Rocha.



COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL



DATA	TEMA
07/06	Desenvolvimento agrícola e econômico da Região Oeste (em Luis Eduardo Magalhães)
03/04	Desenvolvimento agrícola e econômico da Chapada Diamantina (em Mucugê)
06/10	Desenvolvimento agrícola e econômico do Vale do São Francisco (em Juazeiro)

Audiências públicas



Polêmica sobre pulverização – 05/09

Uma das audiências públicas com discussões mais acaloradas de 2023 foi sem dúvidas a que tratou do PL 24.938/2023, de autoria do deputado Hilton Coelho, que dispõe sobre a pulverização aérea de agrotóxicos no estado. Realizado em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Seca e Recursos Hídricos, o debate abordou perspectivas distintas sobre comercialização, uso, consumo, transporte e armazenamento de agrotóxicos.

O presidente da comissão, deputado Manuel Rocha, mostrou-se contrário ao PL e explicou que a tecnologia é uma aliada do setor agropecuário. Já o deputado Hilton Coelho afirmou que quase 50% dos produtos vendidos no Brasil com essa função são considerados extremamente perigosos. Vários outros deputados, além de técnicos, ambientalistas e representantes do agronegócio, fizeram pronunciamentos sobre o assunto.



Peixes e açudes – 18/04

O debate abordou as dificuldades e a importância da piscicultura no estado, as propostas para seu desenvolvimento e os problemas com os açudes do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). Foi ressaltado o trabalho dos pescadores e sua participação no projeto de combate à fome no país.

Descentralização da Regulação – 28/04

A audiência pública realizada em Irecê trouxe resultados práticos de grande importância para o município. Após reivindicações feitas no evento, o escritório local do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema) foi programado para reabrir. Também foram discutidos o zoneamento agrícola, a dupla tarifação da Coelba, as dívidas de agricultores com a União e outros assuntos.





COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA



Considerada a mais importantes dentre as comissões, a Comissão de Constituição e Justiça tem a responsabilidade de analisar inicialmente todas as matérias que tramitam na Casa, para verificar se elas atendem aos critérios constitucionais, se são legais e se possuem a redação legislativa adequada.

Por isso, o fluxo de trabalho é intenso e constante. Mesmo quando a matéria é votada em regime de urgência, ela precisa do parecer de relator da CCJ, que pode ser feito de forma oral, no Plenário. Em 2023, a comissão apreciou 661 matérias e votou 147, em 20 reuniões ordinárias. Confira os números da CCJ:

Proposições distribuídas

Projetos de Lei	647
Proj. de Resolução	8
Ofícios	1
PECs e Requerimentos	5

Total 661

Proposições relatadas

Projetos de Lei	159
Proj. de Resolução	2
Ofícios	1
PECs e Requerimentos	3

Total 165

Proposições votadas

Projetos de Lei	141
Proj. de Resolução	2
Ofícios	1
PECs e Requerimentos	3

Total 147

Reuniões ordinárias: 20
Reuniões extraordinárias: 3
Audiência pública (conjunta): 1

"Em 2023, a Comissão de Constituição e Justiça demonstrou uma atuação dinâmica, distribuindo cerca de 600 projetos para relatores indicados. Mais de 100 retornaram com pareceres, sendo mais de 45 aprovados pelo colegiado e prontos para votação no Plenário. Além disso, no primeiro ano, a comissão também aprovou candidatos para o cargo de conselheiros do TCM." Presidenta Maria Del Carmen

Audiências públicas



A CCJ em atuação, durante o ano de 2023, sob a presidência da deputada Maria Del Carmen



Decisões importantes – Outras atribuições da CCJ (como a comissão é mais conhecida) são mais específicas, como, por exemplo, aprovar pedido de licença do governador e do vice-governador, aprovar criação de cargos no Ministério Público e nos tribunais do Poder Judiciário, apreciar o mérito do processo de desapropriações de bens do estado e sabatar candidatos à vaga de conselheiro nos tribunais de contas, tanto o dos

Municípios quanto o do Estado. Em 2023, dois nomes foram sabatinados e aprovados pela CCJ para serem nomeados como titulares no Tribunal de Contas dos Municípios: Aline Peixoto, no dia 6 de março, e Ronaldo Sant'Anna, no dia 9 de maio. As sessões foram concorridas e com ampla cobertura da imprensa, o que mostra a importância desse momento para o processo democrático.



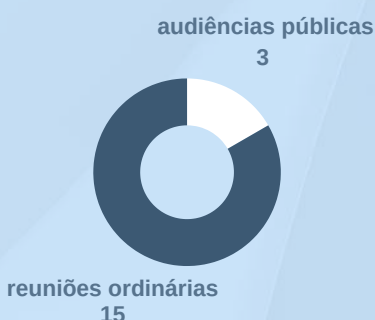
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E RELAÇÕES DE TRABALHO



Muitos cidadãos baianos se sentiram mais protegidos nas suas relações de consumo a partir da atuação da Comissão de Defesa do Consumidor. Um ponto de destaque foi a cobrança por melhorias nos voos regionais, diante de diversas denúncias de má prestação do serviço das companhias aéreas, com cancelamentos e interrupção de voos diretos na Bahia. Não menos relevante foi o esforço dos parlamentares em buscar melhorias também no

serviço de energia elétrica do estado. Destaca-se também a aprovação, no âmbito das comissões, do PL nº 17.119/2008, que proíbe que as concessionárias de energia elétrica e água façam corte do fornecimento, por falta de pagamento, após as 16h das sextas-feiras, aos sábados, aos domingos e nas datas em que forem suspensos os serviços bancários.

COMISSÃO DE
DEFESA DO
CONSUMIDOR
E RELAÇÕES
DE TRABALHO



"Durante 2023, nos empenhamos na proteção dos direitos dos cidadãos, promovendo comissões itinerantes, audiências públicas e ações educativas. Além disso, buscamos fortalecer as parcerias com o Procon, para inibir práticas abusivas. Com orgulho, saliento a atividade intensa da nossa Comissão, sendo uma das que tiveram maior volume de reuniões ordinárias na Casa. Empenho e dedicação não faltarão em 2024." Presidente Júnior Muniz

Audiências públicas



Procon – 10/05

Com a presença do superintendente de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon-BA), Tiago Venâncio, foi anunciada a parceria com a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos para a instalação de postos de atendimento do órgão em municípios de pequeno porte, para ampliar o acesso da população. O órgão ofereceu exemplares do Código de Defesa do Consumidor, em braille, para o acervo da ALBA.

Unidades socioeducativas e prisionais – 08/11

Em que condições profissionais vivem os agentes socioeducativos e demais trabalhadores do sistema de cogestão das unidades prisionais? Esse foi um dos questionamentos dessa audiência pública, realizada em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública. No encontro, as diversas categorias presentes protestaram contra demissões ocorridas nas unidades prisionais.



Descentralização da Regulação – 05/05

Realizada na Câmara Municipal de Jequié, em conjunto com a Comissão de Saúde e Saneamento, a audiência contou com a participação de diversas autoridades locais. Para melhorar a atuação do Sistema de Regulação, os participantes reivindicaram a construção de um Núcleo Regional no município e a disponibilização de mais recursos para a saúde na região.



COMISSÃO DOS DIREITOS HUMANOS E SEGURANÇA PÚBLICA

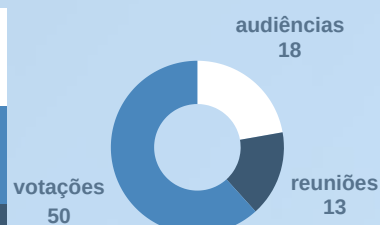


Tradicionalmente, essa é uma das comissões temáticas mais demandadas pela população. Além das questões relacionadas à violência urbana, a Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública costuma se debruçar sobre assuntos polêmicos e, por vezes, delicados. Em 2023, isso não fugiu à regra. Além de visitar unidades prisionais no interior do estado, o colegiado pautou os índices de violência na Bahia, cobrou a convocação de policiais civis aprovados em concurso, discutiu sobre o crescimento da dependência química, em especial dos moradores de rua, denunciou práticas criminosas e abusivas contra povos indígenas e quilombolas etc. O colegiado também relatou e votou diversos projetos de lei que tramitaram na comissão,

DATA	TEMA
18/04	Terra, Território Tradicional e Preservação Ambiental da Ilha de Boipeba
25/04	Criação da Polícia Penal
31/05	Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes
20/06	Índices de violência na Bahia
03/05	Política antimanicomial
08/11	Crise da Segurança Pública e as Câmeras nos Fardamentos
27/11	Reestruturação do Provita e PPDDH e o Desafio da Proteção às Vítimas e Testemunhas
05/12	Integração das Guardas Civis Municipais à Segurança Pública da Bahia



COMISSÃO DE
DIREITOS
HUMANOS E
SEGURANÇA
PÚBLICA



Audiências públicas



Povos tradicionais – 16/11

A audiência pública discutiu a regularização fundiária do Quilombo Quingoma. O quilombo é uma comunidade de quase 600 famílias, que ocupam um território de 1.225 hectares, incluindo uma enorme área de Mata Atlântica. Os moradores denunciam que Quingoma estaria sofrendo sucessivos ataques ao seu território, inclusive a partir de iniciativas governamentais, a exemplo da construção da Via Metropolitana e do Hospital Metropolitano.

Além disso, a área estaria sofrendo com a especulação imobiliária, como na implantação do Loteamento Joanes Parque, na instalação de galpões e até postos de gasolina na região. O encontro contou com a participação da prefeita de Lauro de Freitas, Moema Gramacho, de representantes do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União e do Estado, Incra, órgãos públicos estaduais, antropólogos, Polícia Militar e lideranças do quilombo.



Superlotação carcerária – 9/05

A comissão buscou estratégias bem-sucedidas em outros estados para a diminuição da população carcerária e apresentou na audiência pública, que teve a participação da Superintendência de Administração Penitenciária, Tribunal de Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública, Secretaria de Segurança Pública, Polícia Militar e OAB-BA.



Policiais e bombeiros – 10/10

A audiência pública foi realizada para debater as condições de trabalho dos policiais e bombeiros militares, visando melhorar o nível do serviço prestado à população e a qualidade de vida desses profissionais. Entre as reivindicações, destacam-se a melhoria da estrutura salarial, mais segurança jurídica e garantia de direitos sociais.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA E SERVIÇO PÚBLICO

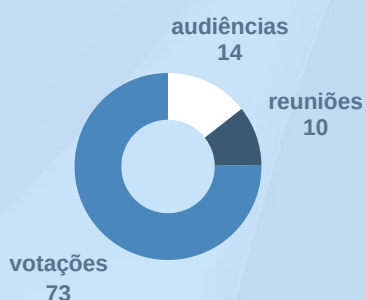


A Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público não teve descanso em 2023. Além da participação em eventos importantes, como o Fórum Estadual de Educação da Bahia – onde colaborou com a Conferência Estadual de Educação da Bahia e com a delegação para a Conferência Nacional de Educação (Conae) –, o

colegiado esteve presente nos debates do Conselho Estadual de Cultura da Bahia. Um dos temas mais relevantes foi a Lei Complementar nº 195/2022, do governo federal, conhecida como Lei Paulo Gustavo. Na área de serviços públicos, houve debates e atuação para a efetivação de concursados da Uneb. Foi discutido também o papel da Bahiagás para os projetos socio-econômicos e de desenvolvimento do estado. Também foi colocado em pauta o Programa Federal de Assistência às Vítimas e às Testemunhas Ameaçadas (Provita).

DATA	TEMA
04/04	Revogação do Novo Ensino Médio e Valorização dos Profissionais de Educação
11/04	Piso do Magistério e a valorização da Carreira Docente na Rede Estadual
16/05	O papel das Universidades Estaduais da Bahia no Contexto do Desenvolvimento, desafios e as perspectivas
31/05	Funcionamento das Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência
24/10	Ações da Defensoria Pública da Bahia na Gestão de Firmiane Venâncio
18/12	Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Edemias

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA E SERVIÇO PÚBLICO



"Nós temos buscado atuar de maneira a ampliar a voz do povo dentro desta Casa. Foi um ano intenso de debates e discussões e são muitas as pautas que nós abraçamos. A Comissão possui quatro eixos e não deixamos nenhum de fora. E vemos que há resultados quando a Assembleia chega junto, se mobiliza e faz da comissão uma caixa de ressonância das principais demandas do povo baiano". Presidenta Olívia Santana

Audiências públicas



Editais da Lei Paulo Gustavo – 10/10

O encontro procurou orientar a classe artística da Bahia sobre a legislação que envolve editais federais que destinaram cerca de R\$ 150 milhões em recursos para o estado. Esses editais, que viabilizam a realização de centenas de projetos, passaram a ter um caráter mais inclusivo, favorecendo segmentos da sociedade que antes eram excluídos.

Pagamento de precatórios – 22/08

Um dos temas que mais estiveram em destaque em 2023 foi o pagamento dos precatórios do Fundef, por conta da questão dos juros de mora e correção monetária que deveriam ser considerados para o pagamento do valor aos profissionais da educação. Para discutir o assunto, a comissão se reuniu diversas vezes com a categoria.



Bahia Filmes e o audiovisual na Bahia – 02/05

Os participantes debateram a implantação da Empresa Pública de Audiovisual da Bahia, a Bahia Filmes, e discutiram políticas públicas para o setor no estado. O encontro foi fruto da necessidade de revitalização do setor e da importância que o segmento apresenta para a economia e para a cultura.



Petrobras – patrimônio do povo – 04/12

Os 70 anos da empresa brasileira não passaram em branco na comissão. Além da abordagem histórica, a audiência pública levantou a bandeira da reestatização da Refinaria Landulpho Alves (Rlam), que foi privatizada em 2021 e vendida para o grupo árabe Mubadala.

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

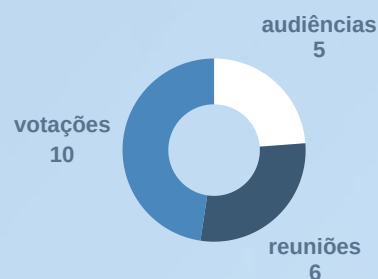


Quando o assunto é orçamento e tributos da administração pública, entra em cena a Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, que em 2023 esteve sob o comando do deputado Vitor Bonfim. Aberturas de crédito, pedidos de empréstimos feitos pelo poder público e todas as proposições que possam gerar compromissos financeiros ou patrimoniais ao estado são considerados assuntos de interesse dessa comissão.

O Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia, por exemplo, encaminhou para a ALBA ofício com a prestação de contas e o relatório anual de atividades referente ao exercício de 2022, que foi apreciado pela comissão. Também passam por este colegiado matérias de outras áreas, para relatoria e votação. Foram apreciados em 2023, por exemplo, projetos de lei de procedência dos parlamentares tratando sobre turismo, saúde, educação etc.



COMISSÃO DE
FINANÇAS,
ORÇAMENTO,
FISCALIZAÇÃO
E CONTROLE



Audiências públicas

Apresentação

Promover audiência pública para a análise das metas fiscais do governo do estado é uma das principais atribuições da Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle. Nessa ocasião, o secretário da Fazenda apresenta os números do governo referentes a um período de quatro meses. No dia 18 de abril, houve a apresentação do último quadrimestre de 2022. Na apresentação dos números do 1º quadrimestre de 2023, no dia 22 de agosto, o secretário Manoel Vitório defendeu que a Bahia foi destaque entre os estados que mais investiram no país no começo de 2023, destinando 12% da sua receita total para inves-

timentos. A relação entre dívida consolidada e despesa corrente líquida ficou em 26%, contra 28% do final de 2022. Na apresentação do 2º quadrimestre, no dia 28 de novembro, o titular da pasta destacou a importância da atração de investimentos, como o da BYD, empresa chinesa, para dinamizar a economia baiana. A relação da dívida consolidada em relação à despesa corrente líquida ficou em 21%. Vitório defendeu que esse patamar era confortável o suficiente para proporcionar novas operações de crédito para alavancar o índice de investimento.



Educação fiscal – 04/04

Para discutir a qualidade dos gastos públicos e a função social dos tributos, a Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle realizou no dia 4 de abril uma audiência pública, que contou com a parceria do Instituto dos Auditores Fiscais do Estado da Bahia (IAF). O presidente da instituição, Marcos Carneiro, defendeu a educação fiscal como ferramenta de fortalecimento da cidadania, a partir da fiscalização do dinheiro público pelo próprio contribuinte, para que esses recursos sejam aplicados em

benefício da população. Foi discutida também a importância da educação tributária nas escolas públicas de ensino básico, para que as crianças se familiarizem com o assunto desde cedo. O presidente da comissão, deputado Vitor Bonfim, ressaltou a necessidade de parceria entre a ALBA e o IAF, já que poucos parlamentares possuem formação na área tributária e fiscal.



COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO



Considerada uma das mais atuantes desta legislatura, a Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo teve um ano intenso. Em trabalho conjunto com outros colegiados, a comissão cobrou esclarecimentos dos dirigentes de empresas como ViaBahia, Coelba e Concessionária Litoral Norte.

Não por acaso, destacou-se a capacidade do colegiado em conseguir aliar sessões ordinárias e

conjuntas e também audiências públicas locais e itinerantes, mantendo alta produtividade em 2023. Além da audiência pública itinerante em conjunto com a Comissão de Saúde e Saneamento, a CIE realizou sessões ordinárias conjuntas com as comissões de Agricultura e Política Rural e de Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho.

COMISSÃO DE
INFRAESTRU-
TURA,
DESENVOLVI-
MENTO
ECONÔMICO E
TURISMO



"Tivemos uma agenda extensa em 2023. Debates assuntos relevantes, dialogamos com o Executivo, fomos céleres na avaliação e aprovação de projetos, implantamos sessões itinerantes no interior para ouvir demandas de quem está longe da capital e contribuimos no planejamento e execução de políticas públicas para melhorar a vida da população. Tenho certeza que em 2024 manteremos esse pique". Presidente Eduardo Salles

Audiências públicas

Canal do Sertão Baiano – 30/05

O Projeto Canal do Sertão Baiano está integrado à Transposição do Rio São Francisco e objetiva fazer com que a ligação seja utilizada para o abastecimento de água para consumo da população e também para a irrigação ao longo de toda a área do Canal. Há grande expectativa pela obra, que deve atingir ao menos 44 municípios do estado.



Requalificação do Aeroporto de Barreiras

Em franca expansão, a Região Oeste ainda não teria um aeroporto adequado à demanda da população local. No encontro, foram cobradas melhorias no Aeroporto Regional de Barreiras, que recentemente foi nomeado Aeroporto Dom Ricardo Weberberger. A requalificação do equipamento alavancaria ainda mais o desenvolvimento econômico naquela região.

Praia do Buracão – 29/11

O encontro discutiu o impacto da construção de três torres de 18 andares na Praia do Buracão, no Rio Vermelho. O Movimento SOS Buracão, formado por moradores, comerciantes e entidades ambientalistas, denunciou que as obras causariam sombra na faixa de areia da praia, nos períodos da manhã e da tarde, formariam barreira contra a circulação de ar e trariam problemas de tráfego na rua, que é estreita e tem apenas uma saída.





COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, SECA E RECURSOS HÍDRICOS



A Comissão de Meio Ambiente, Secas e Recursos Hídricos pautou em 2023 vários assuntos ligados à preservação da natureza e ao processo de sustentabilidade. Em uma das primeiras reuniões do colegiado, os integrantes discutiram sobre os impactos que a construção de um resort de luxo poderia causar em Boipeba, no litoral baiano. Na esfera ambiental, os parlamentares destacaram que o empreendimento, autorizado pelo Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema), poderia trazer prejuízos a áreas de preservação. No âmbito econômico, apontaram que a unidade hoteleira, se bem executada, poderia ser um elemento gerador de emprego e renda. Também foram propostas visitas a mineradoras instaladas no estado, para verificar os impactos ambientais da atividade e as estratégias de sustentabilidade adotadas na exploração. Outra preocupação da comissão foi a qualidade do serviço prestado pela Embasa para a população baiana. Foi sugerida a convocação de dirigentes da empresa para que prestassem esclarecimentos sobre a crise de abastecimento de água em alguns municípios baianos.

Em maio, a comissão recebeu a visita de técnicos do Tribunal de Contas do Estado (TCE), durante reunião ordinária, para apresentação do relatório de auditoria realizada no âmbito do Inema. Na exposição do documento, foi apontada a ausência em duas regiões do estado da implementação de instrumentos previstos em legislação, a exemplo dos comitês de bacias hidrográficas. Os comitês são espaços em que representantes da comunidade de uma bacia hidrográfica discutem e deliberam a respeito da gestão dos recursos hídricos.



"Foi um ano com muitos desafios, com discussões que vão além das partidárias e ideológicas, mas que respeitam o cidadão, o desenvolvimento do nosso estado e todo o meio ambiente. O cidadão, como foi de praxe em 2023, terá voz ativa em nossa comissão. Aqui, pelo menos enquanto eu for presidente, vai ser assim". Presidente Leandro de Jesus

Audiências públicas



Coleta seletiva – 27/09

O evento promoveu o debate sobre a importância de políticas públicas para a efetivação da coleta seletiva de resíduos sólidos nos municípios da Bahia, com o objetivo de promover a inclusão social de catadores e recicladores, através da geração de renda. A atividade da reciclagem apresenta diversos benefícios, como a preservação de recursos naturais e do meio ambiente, o fortalecimento do processo de sustentabilidade e a promoção da cidadania. Participaram do encontro representantes de entidades ambientalistas, cooperativas e dos poderes públicos.

A coleta seletiva é um sistema que separa os resíduos sólidos conforme sua composição – como papel, plástico, vidro, metal –, possibilitando o seu devido encaminhamento para reciclagem ou descarte adequado. Essa prática traz diversas melhorias para a comunidade, como a diminuição de resíduos destinados aos aterros sanitários, evitando a contaminação do solo e dos lençóis freáticos. E com o reaproveitamento de matéria-prima no processo de reciclagem, diminui-se a necessidade de extração vegetal e mineral pelo segmento industrial.



Visita a mineradoras – 14/09

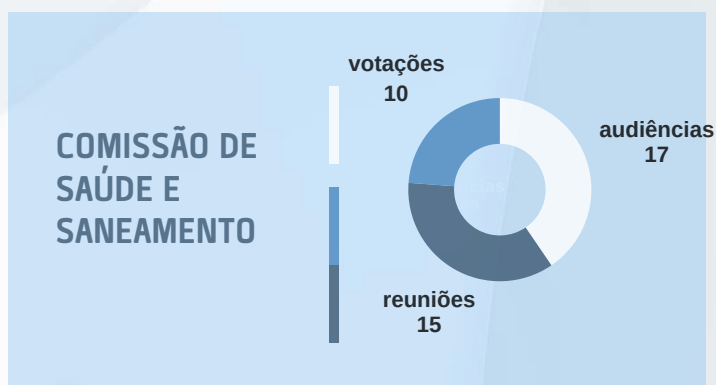
Em audiência pública itinerante nos municípios de Santaluz e Nordestina, localizados na região sisaleira do estado, o colegiado se reuniu com autoridades locais e visitou as mineradoras RHI Magnesita, produtora de dolomita e dolomita sintetizada para a indústria de refratários, e Mineração Santa Luz, extratora de ouro pertencente ao grupo canadense Equinox Gold. O objetivo foi observar as práticas produtivas e operacionais das empresas e seus impactos junto ao meio ambiente, à população e à economia das cidades.

COMISSÃO DE SAÚDE E SANEAMENTO



Com saúde não se brinca! Sabendo disso, os integrantes da Comissão de Saúde e Saneamento trataram de meter a mão na massa e mantiveram em 2023 o ritmo intenso que esse colegiado sempre teve. Foram realizados debates sobre temas voltados à saúde e ao bem-estar da população baiana, com a participação de autoridades e profissionais de diversas áreas da medicina e da psicologia. Também foram feitas visitas a unidades hospitalares e pautados assuntos relacionados aos planos de saúde. Inclusive, o PL nº 22.801/2018, que obriga as operadoras a fornecerem, por escrito, os motivos técnicos da recusa de atendimentos, foi promulgado e virou a Lei nº 14.575/2023, em maio.

DATA	TEMA
28/03	Março Azul Marinho
27/04	Atenção às crianças com autismo e outros transtornos do neurodesenvolvimento
05/05	Audiência pública itinerante no município de Jequié
18/05	Dia Nacional de Luta antimanicomial
03/04	Doenças Inflamatórias intestinais em alusão ao maio roxo
03/04	Serviços Públicos de atendimento à saúde bucal e a valorização dos profissionais odontólogos



Audiências públicas



Visita de verificação – 3/10

A Maternidade Maria da Conceição de Jesus, localizada no bairro de Coutos, em Salvador, recebeu a visita de deputados da Comissão de Saúde e Saneamento, que puderam avaliar a qualidade do atendimento e os projetos desenvolvidos na unidade. Inaugurada em maio de 2021, a maternidade, que é uma referência nos procedimentos de alta complexidade, já realizou cerca de 10 mil partos e virou uma opção acessível, sobretudo aos moradores do Subúrbio.



Saúde mental – 11/04

A audiência pública “A rede de atenção à saúde mental do estado da Bahia: avanços e garantias da atenção psicossocial no SUS” reuniu médicos, psicólogos, secretários de saúde, farmacêuticos e outros profissionais da área. O objetivo do encontro foi discutir a realidade do atendimento psicossocial na rede pública e a questão da saúde mental nas escolas. Após a pandemia da Covid-19, cresceu de maneira considerável o número de pessoas com problemas psicológicos. Por isso, mostra-se necessária a ampliação dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPs).

Novembro Azul – 27/09

Para discutir a importância da campanha de conscientização sobre os riscos do câncer de próstata, a comissão realizou uma audiência pública no mês dedicado a essa temática. A doença é responsável por um grande número de óbitos no Brasil e o exame de toque retal é fundamental para o diagnóstico precoce, aumentando bastante as chances de tratamento e cura. Participaram profissionais da medicina e representantes da área de saúde.





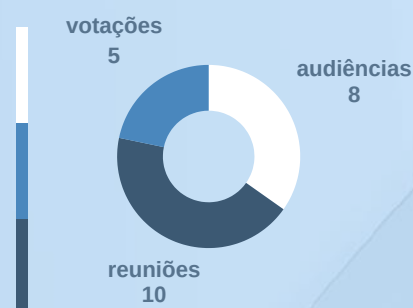
COMISSÃO DOS DIREITOS DA MULHER



A Comissão dos Direitos da Mulher desempenhou um papel vital no combate à violência e na promoção da equidade de gênero. Essa atuação se mostra cada vez mais necessária diante dos dados estatísticos que apontam um aumento nos casos de feminicídio no país. De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), foi registrado o assassinato de 1.463 mulheres em 2023, o que representa uma ocorrência a cada seis horas. Esses números podem ser ainda maiores, já que muitos casos não são devidamente tipificados como feminicídio. A comissão se destacou também, ao longo de 2023, por iniciativas proativas, como realização de audiências públicas e itinerantes, proposição de projetos de leis, estabelecimento de parcerias institucionais, realização de seminários e workshops especializados, fortalecimento da rede de apoio à mulher vítima de violência, ações de incenti-

vo à participação feminina na política, organização de campanhas de conscientização e busca de destinação de recursos específicos do orçamento estadual para programas e projetos que beneficiem as mulheres, como serviços de apoio a vítimas de violência e programas de educação. É um trabalho incansável para garantir condições de plena dignidade e igualdade às mulheres na sociedade.

A COMISSÃO DOS DIREITOS DA MULHER EM NÚMEROS



"A Comissão dos Direitos da Mulher abriu espaço para o debate construtivo sobre questões como violência de gênero, saúde, educação e mercado de trabalho, promoveu a conscientização e engajamento da comunidade. Essas ações refletem o comprometimento da comissão em criar um ambiente mais inclusivo e igualitário para todas as cidadãs do estado da Bahia". Presidenta Soane Galvão

Audiências públicas



Violência Política de Gênero – 23.08

As configurações socioeconômicas, além das políticas e culturais, da nossa sociedade imprimem para as mulheres diversas formas de violência, desde as mais sutis até as mais brutais. As agressões são físicas, verbais, sexuais, psicológicas e estão presentes no âmbito familiar, profissional e até mesmo na política partidária. Na audiência pública, esse cenário foi apresentado de forma múltipla, com a participação de representantes de diversos segmentos do universo feminino.



Projeto empreendedoras – 11.10

As redes sociais são consideradas elementos essenciais para o desenvolvimento do empreendedorismo. E as mulheres estão atentas para não perder o bonde das histórias. Nesse encontro, elas puderam potencializar os recursos das diversas ferramentas disponíveis para ajudar no sucesso profissional de cada uma.



Em Ilhéus – 30.08

A comissão esteve em Ilhéus para realizar evento de encerramento da campanha Agosto Lilás, com a audiência pública “Desafios e Avanços no Combate à Violência Doméstica contra a Mulher”. Na pauta, o desenvolvimento de políticas públicas para garantir a segurança das mulheres no dia a dia.

DATA	TEMA
19/10	Maternidades Reais –Semana Helena
25/10	Combate à Endometriose
06/12	93 Anos da Instituição do Direito ao Voto Feminino no Brasil



COMISSÃO ESPECIAL DE DESPORTO, PARADESPORTO E LAZER



Além das dez comissões permanentes, a ALBA instalou em 2023 a Comissão Especial de Desporto, Paradesporto e Lazer, com a presidência do deputado Bobô. Em seus trabalhos, o colegiado aprovou audiências públicas para serem realizadas ao longo do exercício, incluindo temas como a evolução e os desafios das modalidades femininas na Bahia; a preparação dos atletas locais para os Jogos Olímpicos de 2024, em Paris; soluções em gestão esportiva; a realidade dos esportes equestres no estado; o caráter educacional dos e-games; o potencial olímpico da prática de tiro esportivo; a importância do esporte na formação de crianças e adolescentes; o jornalismo esportivo; o subaproveitamento da orla de Salvador para atividades esportivas etc. .

Algumas reuniões realizadas pela Comissão Especial de Desporto, Paradesporto e Lazer tiveram a participação de dirigentes esportivos do estado, para tratar das políticas públicas de incentivo ao esporte amador e para a utilização do esporte como ferramenta de inclusão.



"O trabalho da comissão no ano de 2023 teve como marca principal a participação ativa da sociedade organizada e entidades esportivas do estado. A partir disso, pudemos ter uma visão ampla dos desafios de cada segmento ouvido e fazer os encaminhamentos das demandas aos poderes públicos. Nosso papel é seguir posicionando o esporte como política de Estado e importante ferramenta de inclusão e transformação de vidas". Presidente Bobô

Audiências públicas

Ba x Vi com torcida mista

Dentre as audiências públicas realizadas pela comissão, destacou-se a realizada em 13 de setembro, que propôs o fim da torcida única no clássico Ba x Vi, medida estabelecida pelo Ministério Público, em abril de 2017, para tentar conter a violência envolvendo as principais torcidas organizadas de Bahia e Vitória. Durante o debate, vários participantes mostraram-se adeptos à ideia do retorno da torcida mista no clássico, embora todos tenham destacado a necessidade da adoção de medidas preventivas para evitar o confronto entre torcedores rivais. O representante da Polícia Militar, tenente-coronel Elbert Vinhático, apresentou um histórico das ocorrências registradas no clássico nos últimos anos, destacando o primeiro Ba x Vi de 2018.

Os participantes do encontro cobraram mais rigor na punição aos integrantes das torcidas organizadas envolvidas nos conflitos.



Inclusão social – 25/10

Outro tema relevante foi a utilização do paraesporte como ferramenta de inclusão social. Em audiência pública, paratletas, familiares, dirigentes, além de parlamentares, destacaram a importância das políticas públicas para o desenvolvimento da prática esportiva em diversas modalidades por pessoas que possuem algum tipo de deficiência. O objetivo seria não apenas estimular o surgimento de atletas de competição, mas, principalmente, promover a superação da deficiência, do preconceito e da exclusão.

A Secretaria Geral das Comissões



Parte integrante da Superintendência de Assuntos Parlamentares (SAP), a Secretaria Geral das Comissões (SGC) desempenha um papel importante no fluxo do processo legislativo. Além do acompanhamento das matérias produzidas pelos deputados estaduais ou enviadas pelos outros Poderes, a SGC gerencia todo o funcionamento das dez comissões temáticas permanentes e das comissões especiais que possam ser eventualmente instaladas. Para isso, a secretaria conta com uma equipe de servidores empenhados e comprometidos em executar um atendimento de excelência aos parlamentares, seus assessores e também ao público externo. E a demanda não é pouca.



Inclusive, é esse servidor que controla o início da reunião e, caso haja quorum, produz uma ata para registrar o que ocorreu. Além das reuniões ordinárias, também são realizadas audiências públicas. E o secretário da comissão desempenha o mesmo papel de acompanhamento e registro. Mas em vez de ata será gerado, nesse evento, um relatório, contendo os pronunciamentos dos participantes, encaminhamentos, fotos, links para transmissão da TV Alba etc. Todo esse trabalho exige muita coordenação e organização.

O trabalho começa com o agendamento das reuniões ordinárias que vão ocorrer durante a semana. Cada comissão tem sua sala definida, e todo o equipamento precisa estar em ordem, para que a reunião aconteça de forma plena. Nesse quesito, a SGC conta com a parceria de outros setores da Casa, como o Departamento de Sonorização, a TV Alba e a Ascom. Tudo precisa estar alinhado e em sintonia. Durante a reunião, a SGC dispõe de secretário ou secretária que acompanha o encontro.



Outra tarefa importante da SGC é acompanhar a tramitação das matérias legislativas – tanto para a votação no âmbito das comissões quanto para a votação em Plenário – e fazer os devidos encaminhamentos. Isso é feito digitalmente através do Sistema de Processamentos Legislativos (Proclegis). A partir do registro no sistema, é possível fazer o levantamento de informações sobre qualquer proposição que esteja em trâmite na Casa, de forma célere e segura. Tarefa de grande intensidade e responsabilidade para a equipe da SGC, pelo volume de matérias que circulam na ALBA.



Sem parar – O primeiro ano da 20ª Legislatura pode ser considerado um dos mais abundantes em termos de realizações de reuniões ordinárias e audiências públicas pelas comissões temáticas. Em 2023, foram realizadas cerca de 150 reuniões, entre ordinárias e extraordinárias, e mais de 70 audiências públicas. Várias reuniões e audiências públicas foram realizadas no interior do estado. Além disso, centenas de projetos foram lançados e dezenas foram votados no âmbito das comissões. E a SGC esteve a postos para que tudo ocorresse da melhor maneira possível.

Melhorias na gestão da SGC em 2023

Ao assumir a Secretaria Geral das Comissões, o secretário-geral, Bira Corôa, após diálogos com a equipe, adotou uma série de medidas para otimizar o fluxo de atividades, aumentar a capacitação e melhorar as condições de trabalho dos servidores. Confira algumas delas!



Para melhorar a gestão de atividades da SGC, foi implantada pelo Departamento de Tecnologia e Informação (DTI) da ALBA a ferramenta Trello. Com ela, é possível gerenciar o fluxo de produção de atas, relatórios e agendamentos de reuniões e audiências públicas. A equipe da SGC passou por um treinamento promovido pela DTI.



Além de reorganizar as salas das comissões, inclusive com a utilização de monitores de vídeo para sinalização e informação, a gestão da SGC promoveu outras melhorias para a equipe de trabalho, como a implantação do sistema DRS, para transcrição de áudio, e a inauguração de uma nova sala para os revisores.



Visando aumentar a qualidade e a padronização dos textos das atas e dos relatórios produzidos pela SGC, foi feita uma capacitação ministrada por Daniela Americano e Jucimar Santos, revisores do setor, para a implantação do Manual de Redação da ALBA e prática dos modelos de cada material. Os documentos produzidos pela SGC estão disponíveis no site da ALBA (www.alba.ba.gov.br).

Utilidade Pública

Uma das importantes atribuições da Secretaria Geral das Comissões (SGC) é conferir a documentação necessária para a emissão do título de utilidade pública para pessoas jurídicas. É uma forma de reconhecê-las como instituições sem fins lucrativos e prestadoras de serviços à sociedade, conferindo credibilidade à entidade, pois é um reconhecimento oficial do serviço prestado por ela. Além disso, permite à organização celebrar convênios, inscrever-se em editais e receber recursos públicos.

Será concedido o reconhecimento de utilidade pública às sociedades civis de direito privado, associações, fundações, clubes de serviços e quaisquer instituições filantrópicas sem fins lucrativos, pelo prazo de 10 anos, desde que cumpram os requisitos da Lei nº 6.670/94. Após esse período, a entidade que recebeu esse reconhecimento está sujeita ao processo de revalidação para continuar com essa titulação.

O primeiro requisito necessário para o reconhecimento da utilidade pública é que a entidade deve ter existência legal e comprovada há mais de 12 meses. A solicitação do projeto de lei para reconhecimento de utilidade pública, bem como o requerimento para revalidação do título, deve ser inserida no sistema PaperLess pelo deputado que irá assinar o pedido. A documentação exigida será



analisada pela SGC, que indicará a necessidade de correção ou complementação, caso seja necessária. Em seguida, a SGC dará prosseguimento à sua tramitação, até a aprovação pelo Plenário da Casa. O reconhecimento e revalidação do título de utilidade pública de pessoas jurídicas de direito privado são estabelecidos pela Lei Estadual nº 6.670/1994. Para melhor atender aos gabinetes em relação à tramitação dos projetos de lei de utilidade pública, a SGC disponibiliza uma relação dos documentos necessários para reconhecimento de Utilidade Pública. Confira abaixo!



Documentos para reconhecimento

- Ata de fundação registrada no cartório
- Estatuto registrado no cartório (incluindo reforma, caso exista)
- Ata de eleição e posse da última diretoria
- Cadastro de personalidade jurídica (CGC/MF)
- Existência legal há mais de 1 ano
- Atestado de autoridade constituída
- Atestado assinado pelo presidente da instituição
- Folha corrida dos diretores

Para revalidação

- Demonstrativo financeiro dos últimos 12 meses;
- Ata da eleição da última diretoria, com assinatura de todos os diretores;
- Atestado de autoridade constituída, declarando que a entidade está em efetivo exercício

Projetos de Lei para título de Utilidade Pública aprovados em 2023

Projeto de Lei	Instituição	Município
25.044/2023	Instituto de Desenvolvimento Humano e Ação Comunitária	Vitória da Conquista
25.045/2023	Instituto Social de Assistência Comunitária Mão Amiga	Malhada
25.047/2023	Associação dos Amigos e Parceiros de Saquaira	Maraú
25.048/2023	Associação de Protetores de Animais de Salvador (Ama Cuida)	Salvador
25.049/2023	Associação de Pequenos Agricultores e Moradores do Alto da Mangueira	Buerarema
25.064/2023	Associação da Escolinha de Futebol Mãos Corajosas	Buerarema
25.070/2023	Associação Evangélica Beneficente de Caldeirão Grande	Caldeirão Grande
25.089/2023	Conselho Federal da Infância e Proteção à Criança (Confipac)	Salvador
25.115/2023	Centro Espírita Jorge Olímpio	Salvador
25.134/2023	Instituto Zelo	Baixa Grande
25.149/2023	Associação dos Moradores Alamedas do Quati Portal das Orquídeas	Prado
25.153/2023	Instituto Cultural Alvorada	Salvador
25.159/2023	Lar Santa Maria	Itiúba
25.160/2023	Instituto de Neurociência da Bahia (INB)	Salvador
25.029/2023	Associação dos Pequenos Produtores do Ribeirão do Ronco	Buerarema
25.175/2023	Associação Infrades de Assistência Social	Camaçari
25.053/2023	Cooperativa Catarinense Agroindustrial da Barra (Cooperbarra)	Barra
25.076/2023	Associação Artesãs Filhas do Vento	Brotas de Macaúbas
25.129/2023	Assoc. Beneficente de Assistência e Proteção ao Cidadão(ã) Jacuipense	Riachão de Jacuípe
25.144/2023	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae)	Riachão de Jacuípe
25.174/2023	Assoc. Sociocultural e Desp. de Capoeira Raça Negra da Bahia (Accarna)	Salvador
23.788/2023	Associação Minha Feliz Cidade - Amfec	Lafayette Coutinho
25.022/2023	Associação Esportiva Fenomenos (Aefen)	Salvador
25.031/2023	Associação do Projeto de Assentamento Buíque	Buerarema

Leis para título de Utilidade Pública promulgadas em 2023

14.597/2023	Instituto da Assistência e Tratamento de Feridas – Astaf	Valente
14.548/2023	Instituto Bahia Saúde Espetacular	Lauro de Freitas
14.553/2023	Organização Recreativa Boavistense de Futebol	Salvador
14.552/2023	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae)	Valença
14.535/2023	Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Esplanada	Esplanada
14.542/2023	Instituto Social Vivendo e Aprendendo	Vitória da Conquista
14.600/2023	Casa Espírita Bezerra de Menezes	Barreiras
14.547/2023	Associação de Ciclismo Flores no Pedal e seus Guardiões	Maracás
14.536/2023	Fund. Cult. Artística e de Entidades Carnavalesca de Mata de São João	Mata de São João
14.595/2023	Fundação Estrela do Amanhã - Fundesa	Valença
14.596/2023	Associ. de Moradores do Conjunto Habitacional Antônio Carlos Magalhães	Ipiaú
14.598/2023	ONG Bicho Amigo de Nova Viçosa	Nova Viçosa
14.602/2023	Assoc. Indígena da Comunidade de Aldeia do Alto da Abobreira (Aicoaa)	Ribeirão do Largo

Confira a lista completa no site da Alba (www.alba.ba.gov.br)



Galeria de Fotos









**“”Sonho que se sonha só é só um sonho que se sonha só.
Mas sonho que se sonha junto é realidade”
Raul Seixas**



1ª Avenida Centro Administrativo da Bahia
Centro Administrativo da Bahia
Salvador - BA, CEP: 40301-110